



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 638/2013

Altera a Lei nº 12.972, de 25 de outubro de 2000, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.972, de 25 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Planalto, com sede no Município de Planalto e foro no Município de Capanema.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


JONES GUIMARÃES


Relator PASTOR EDSON


TONINHO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 645/2013

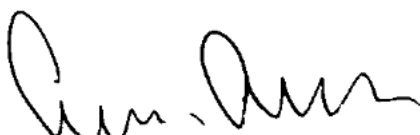
Altera a Lei nº 11.008, de 27 de dezembro de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.008, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Tebas, com sede no Município de Nova Tebas e foro no Município de Manoel Ribas.”

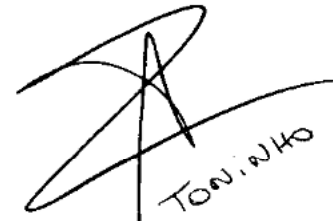
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


JONAS
GUIMARAES


Relator Pastor Edson


Toninho



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 704/2013

Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro como o Dia de Oração e Ação pela Criança.

Art. 1º Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro como o Dia de Oração e Ação pela Criança.

Art. 2º Este dia tem por objetivo colaborar na conscientização sobre várias atividades necessárias para o desenvolvimento das crianças, como a vacinação, aleitamento materno, luta contra a fome e desnutrição, luta pelo fornecimento de água potável, registro de nascimento, campanha contra a intimidação, campanhas contra violência sexual e trabalho infantil, promoção da educação para a paz, ensino da ética e outras ações similares.

Art. 3º O evento ora instituído passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 11 MAR 2014
Voto Paraná *Alaudia*

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 704/2013

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 704/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o Dia de Oração e Ação pela Criança, a ser realizado anualmente em 20 de novembro.

Art. 1º Institui o Dia de Oração e Ação pela Criança, a ser realizado anualmente em 20 de novembro.

Art. 2º O Dia de Oração e Ação pela Criança tem por objetivo colaborar na conscientização sobre várias atividades necessárias para o desenvolvimento das crianças, com atuação nas seguintes áreas:

- I - vacinação;
- II - aleitamento materno;
- III - combate à fome e à desnutrição;
- IV - luta pelo fornecimento de água potável;
- V - importância do registro de nascimento;
- VI - campanha contra a intimidação, a violência sexual e o trabalho infantil;
- VII - promoção da educação para a paz;
- VIII - ensino da ética.

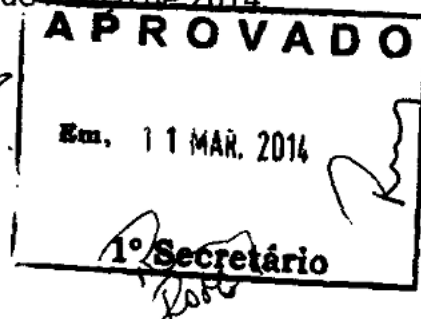
Art. 3º O evento ora instituído passa a constar do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de março de 2014.

Pleno 12 de março de 2014

Gilberto Martin
GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar o Projeto de Lei às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Pleno 12 de março de 2014
Pleno 12 de março de 2014
Pleno 12 de março de 2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 704/2013

Institui o Dia de Oração e Ação pela Criança, a ser realizado anualmente em 20 de novembro.

Art. 1º Institui o Dia de Oração e Ação pela Criança, a ser realizado anualmente em 20 de novembro.

Art. 2º O Dia de Oração e Ação pela Criança tem por objetivo colaborar na conscientização sobre várias atividades necessárias para o desenvolvimento das crianças, com atuação nas seguintes áreas:

- I – vacinação;
- II – aleitamento materno;
- III – combate à fome e à desnutrição;
- IV – luta pelo fornecimento de água potável;
- V – importância do registro de nascimento;
- VI – campanha contra a intimidação, a violência sexual e o trabalho infantil;
- VII – promoção da educação para a paz;
- VIII – ensino da ética.

Art. 3º O evento ora instituído passa a constar do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 FEV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI N.º 57, DE 2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à gestante.

Parágrafo Único - As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

I - A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

II - A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente por meio da apresentação de laudo médico atestando o período gestacional junto à autoridade de trânsito.

Art. 2º - As vagas a que se refere o caput do artigo anterior devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 1º - As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º - A localização das vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e localização dos meios de circulação de pedestres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2013.

A assinatura manuscrita de Bernardo Ribas Carli, escrita em uma tinta escura, com uma caligrafia fluida e elegante.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A destinação de vagas especiais de estacionamento vem conferindo outro modo de utilização dos espaços urbanos com base no respeito às diferenças e às necessidades especiais diversas.

No entanto, a ausência de disposição de vagas especiais de estacionamentos para gestantes impede a efetivação de tais direitos e da garantia das garantias e direitos fundamentais da pessoa humana para mulheres na condição de gestantes que necessitam de cuidados especiais e facilidades no cotidiano das grandes cidades.

Por oportuno, o presente Projeto de Lei visa destinar vagas de estacionamento especialmente para gestantes, facilitando-lhes a locomoção nas cidades e o acesso a prédios públicos, hospitais, clínicas e outros estabelecimentos, efetivando seus direitos e garantias constitucionais e possibilitando seu exercício pleno da cidadania.

Posto isto, requer-se o apoio dos Deputados desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Projeto de Lei nº 57/2013

Autor: Deputado Bernardo Carli

Súmula: Dispõe sobre reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

EMENTA: DISPÕE SOBRE RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES. POSSIBILIDADE. ARTS. 24, XII E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 12, II E 157 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 214, III DA LEI Nº. 9.503/97. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Bernardo Carli, tem por objetivo dispor sobre reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes. Visando, ainda, facilitar a locomoção nas cidades e o acesso a prédios públicos, hospitais, clínicas e outros estabelecimentos, efetivando seus direitos e garantias constitucionais e possibilitando seu exercício pleno da cidadania.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

No que tange ao objeto da proposição em análise, a **Constituição Federal**, diploma legal de ordem máxima no ordenamento jurídico, dispõe que é de competência dos Estados legislar concorrentemente sobre a saúde, bem como preceitua que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No mesmo prisma, a **Constituição Estadual** versa sobre a saúde nos seus artigos 12, II e 167, dispondo que é de competência do Estado em comum com a União cuidar da saúde e assistência pública. Aponta ainda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



que, a saúde é dever de todos e Estado prevenir e reduzir as doenças, consoante abaixo se infere:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Corroborando com a ideia de importância do objeto em questão - *vagas de estacionamento para gestantes*, a **Lei Federal 9.503 de 1997**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, trás em seu artigo 214, III, que, deixar de dar preferência de passagem para gestantes, incorrerá nas penalidades previstas na referida Lei, conforme se denota:

Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado:

III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça





Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade e técnica legislativa.


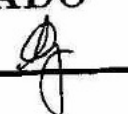
Sala das Comissões, 07 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO


07.05.13 

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 57/2013

AUTOR: DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Dispõe sobre reserva de vagas de estacionamento para gestantes.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Bernardo Carli, tem por escopo a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

Fundamentação:

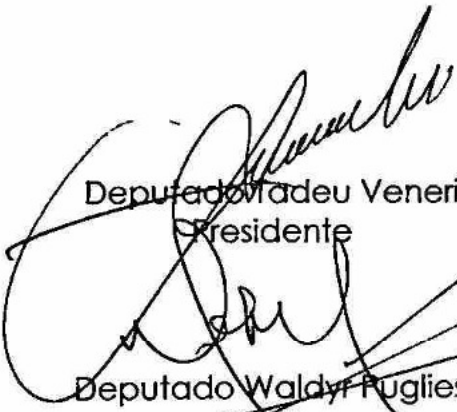
A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como fundamento o respeito às diferenças e às necessidades especiais. Visa assegurar maior facilidade; possibilidade de locomoção e acesso para gestantes, principalmente nos grandes centros.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse das mulheres que sofrem os mais variados constrangimentos na fase de gestação.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.


Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 57/2013.**

Sala das Comissões, 23 de maio de 2013.


Deputado Márcio Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


WILSON QUINTERO


NEY LEPREVOST



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 57/2013, de autoria do Deputado Bernardo Carti, tem por objetivo dispor sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

"Esse já é um direito previsto no Código Nacional de Trânsito, assim como o que é garantido aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, mas que infelizmente é ignorado", considerando as dificuldades enfrentadas muitas vezes por gestantes que, às vezes, têm dificuldades de estacionamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



São evidentes as vantagens deste Projeto de Lei, que visa estritamente regularizar e ampliar a rede de trabalho desses profissionais, muitas vezes esquecidos pelos nossos legisladores.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 57/2013.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Caio Quintana
Relator


Wilson


Toninho


Nelson



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 57/13

SÚMULA: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes

AUTOR: Deputado Bernardo Carli

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e da Comissão de Indústria e Comércio.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor assegurar às gestantes o direito à vaga de estacionamento em local mais acessível e que ofereça maior comodidade às mesmas.

Considerando-se que durante a gravidez as mulheres necessitam de cuidados especiais, haja vista que estão gerando uma vida (em alguns casos mais de uma) e que a cada dia que passa as dificuldades de locomoção e movimentação são evidentemente maiores, entendemos que seja este mais um direito da mulher que, com o presente projeto de lei, será respeitado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Diante do exposto e chamada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher a se manifestar, conforme Artigo 33-X do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e reconhecendo como indiscutível o mérito da matéria, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 57/2013 e à continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis.



Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.

DEP. CANTORA MARA LIMA
Presidente

DEP. ROSE "LITRO"
Relatora

Gilberto Martin.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Emenda de Plenário nº 01
DAP 05 NOV. 2013
Visto Cláudio



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 57/2013

Acresce os incisos III e IV ao artigo 1º do Projeto de Lei n.º 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, que passa a contar com a seguinte redação:

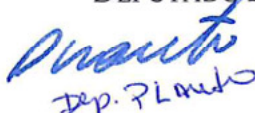
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

III - O adesivo de identificação a que se refere este artigo tem validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante.

IV - O período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando-se o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2013.


BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL


Dep. Plauto


Dep. Rasca


Dep. Anderson Bueno

Dep. Wilson Quirino



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente *Emenda Aditiva* ao Projeto de Lei n.º 57/2013 na necessidade de regulamentação acerca da vigência do benefício da utilização das vagas de estacionamento especial impostas pelo projeto, dispondo sobre a validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses do benefício e a sua forma de identificação através de adesivo com data de validade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Com fulcro nos artigos 137, §4º e 141, I do Regimento Interno desta Casa de Leis, fica alterada a súmula e o art. 1º do Projeto de Lei 57/2013, que passa a contar com a seguinte redação:

Emenda de Plenário nº 02
DAP 05 NOV. 2013
Visto lancado

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional e **pessoas acompanhadas de crianças de colo com até 02 (dois) anos de idade**, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade **aos beneficiários**.

(...)

II – A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente **através de comprovação de uma das condições previstas no caput** junto à autoridade de trânsito.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.

Alceu Nogueira

Dep. Tadeu Vences

DEPUTADO ANIBELLI NETO

Gilberto Mendes

Dep. Ademir Bion
Dep. Enio Vences



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

DAP

Fls. 254

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei 57/2013, de autoria do nobre Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo reservar vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

Trata-se de uma louvável iniciativa que busca reconhecer a necessidade de um tratamento diferenciado no que se refere a proteção dos direitos e garantias fundamentais de alguns segmentos da sociedade, através de um modo de utilização seletivo dos espaços urbanos, facilitando a locomoção aos cidadãos que encontram certa dificuldade, no caso devido à gravidez.

Consideramos que o direito a utilizar tais espaços deve ser estendido às pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, uma vez que os pais com crianças de colo encontram dificuldade de locomoção semelhante às gestantes.

O numero de vagas, sua identificação e forma de concessão permanecerão o mesmo do Projeto original, apenas sendo estendido o benefício da utilização das vagas a quem trazer crianças de colo.

Diante do exposto, certo da importância da ampliação do benefício da utilização das vagas, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.

DEPUTADO ANIBELLI NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre **DUAS EMENDAS** apresentadas em plenário, uma de autoria do Deputado Bernardo Carli e outra do Deputado Anibelli Neto, no **Projeto de Lei nº 57/2013**, de autoria do Deputado Bernardo Carli que *DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES*.

*Relator: Deputado **PEDRO LUPION***

I - RELATÓRIO

Vieram a essa Comissão de Constituição e Justiça duas emendas apresentadas em plenário no Projeto de Lei (PL) nº 57/2013, de autoria do Deputado Ribas Carli que: *Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes*.

Dispensa-se o relatório sobre a proposição em si, uma vez que já fora devidamente analisada tanto por essa Comissão como pelas temáticas, sofrendo emenda tão somente em plenário. Portanto, compreende ser desnecessário tecer maiores comentários sobre a constitucionalidade e mérito da proposta, restringindo o presente parecer tão somente em relação às emendas apresentadas.

A primeira emenda apresentada em plenário é do próprio autor do PL, argumenta que é necessário a regulamentação acerca da vigência do benefício da utilização das vagas de estacionamento especial imposta no PL, dispondo sobre a validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses do benefício e a sua forma de identificação por intermédio de adesivo com data de validade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LANZA
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Por sua vez, o Deputado Anibelli Neto apresentou emenda no sentido que as pessoas acompanhadas de crianças de colo de colo com até 02 (dois) anos de idade, acrescentando o critério para a obtenção da credencial.

Desta forma, o PL retornou para Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de analisar a constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e adequação regimental.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO.

Inicialmente, cumpre-me contextualizar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise das emendas apresentadas.

Em relação a emenda apresentada pelo Deputado Bernardo Carli, autor do PL, não se verifica qualquer óbice em sua tramitação, considerando que fora apresentada

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



tempestivamente, na oportunidade regimental, bem como não altera e/ou descaracteriza sua essência.

Isto se deve, uma vez que a emenda aditiva do Deputado Bernardo Carli, visa aperfeiçoar o PL em relação a credencial e sua validade, ou seja, apenas aspectos operacionais da determinação que visa implementar quanto a reserva de vagas.

Por sua vez, a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Anibelli Neto visa modificar o PL, inclusive alterando substancialmente o seu objeto, uma vez que estende os pretensos benefícios previstos no PL para pessoas acompanhadas de crianças de até dois (02) anos.

Desta forma, uma vez que altera substancialmente o Projeto de Lei, descaracterizando por completo os objetivos da proposta que é beneficiar tão somente as gestantes, entendo que a emenda modificativa apresentada não atende os critérios regimentais, devendo ser rejeitada.

Assim, com fundamento no artigo 137, §4º³ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a emenda modificativa (emenda de plenário nº 02) deve ser rejeitada.

Por fim, com o objetivo de aprimorar o presente PL, facilitando inclusive a sua tramitação perante as demais comissões apresenta-se a inclusa subemenda substitutiva geral, nos termos do artigo 138 c/c o artigo 137§2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É O VOTO.

³ Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]

§4º Emenda modificativa é a proposição que se acrescenta outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

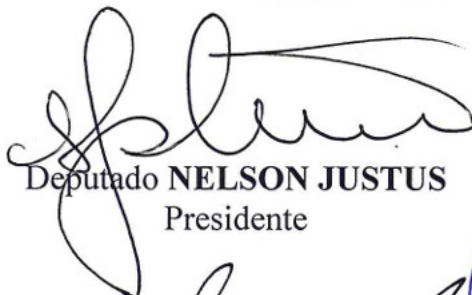
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III - CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da EMENDA ADITIVA, apresentada pelo Deputado Bernardo Carli, em plenário na forma da **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** ora apresentada. E ainda, pela **REJEIÇÃO** da emenda apresentada em plenário pelo Deputado Anibelli Neto, nos termos do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

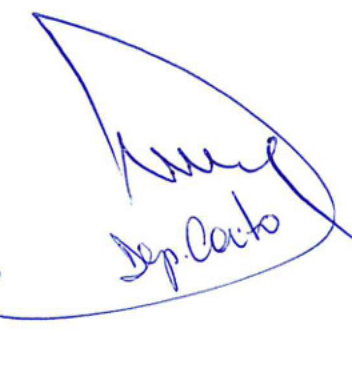
Sala das Comissões, 26 de Novembro de 2013.

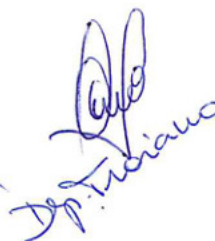

Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **PEDRO LUPION**
Relator


Dep. Sarcos


Dep. Quinteiro



Dep. Carli


Dep. Trianco


Dep. Milini


Dep. Pastor

APROVADO

26.11.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 57/2013

O Projeto de Lei n.º 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à gestante.

Parágrafo Único - As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

I - A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

II - A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente por meio da apresentação de laudo médico atestando o período gestacional junto à autoridade de trânsito.

III - O adesivo de identificação a que se refere este artigo tem validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, iniciando-se da data da constatação da gestação.

IV - O período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando-se o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Art. 2º - As vagas a que se refere o caput do artigo anterior devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento, exceto quando o local destinado ao estacionamento não possuir área que possibilite a fixação de vaga em tamanho maior.

§ 1º - As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º - A localização das vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e localização dos meios de circulação de pedestres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Art. 3º - O uso de vagas destinadas às gestantes em desacordo com o disposto nesta Lei caracteriza infração prevista no art. 181, inciso XVII do Código de Trânsito Brasileiro.


Art. 4º - O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável legal pelo estacionamento à multa de 10 (dez) a 100 (cem) UPF/PR por infração, fixando-se a multa no mínimo em caso de primariedade e no máximo em caso de reincidência.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de Novembro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION.
RELATOR/AUTOR DA EMENDA.


DEPUTADO NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE.


Dep. Quinteiro

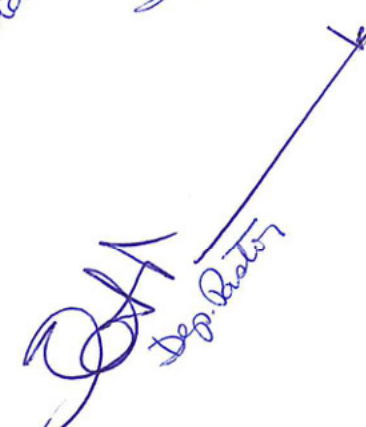

Dep. Coito


Dep. Turiani


Dep. Triciano


Dep. Sena

APROVADO


Dep. Bator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente *Subemenda Substitutiva Geral* ao Projeto de Lei n.º 57/2013 na necessidade de esclarecimento da norma em relação às áreas em que haja a impossibilidade de fixação e reserva de vaga em tamanho maior do que as vagas normais de estacionamento, prevendo a exceção no próprio texto do caput do art. 2º, bem como pela fixação da data do início da vigência do benefício a contar a partir da data da constatação da gestação, além da indicação da legislação aplicável em caso de descumprimento da regulamentação prevista no projeto e da consequente penalidade cabível.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



RECURSO À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02 AO PROJETO 57/2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, tem por objetivo garantir a reserva de vagas de estacionamento para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

Recebeu parecer favorável de diversas Comissões desta Casa e, em segunda discussão em Plenário, recebeu duas emendas.

A primeira emenda, de autoria do próprio autor do Projeto, tem o escopo de incluir dois incisos ao seu artigo primeiro, estabelecendo uma validade de 24 (vinte e quatro) meses ao adesivo de identificação que permite a utilização das vagas especiais, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, determinando ainda que tal período de validade deve constar de forma visível com destaque para o mês e ano de sua concessão.

A segunda emenda, de autoria do parlamentar que o presente subscreve, tem por objetivo estender o benefício da utilização das vagas especiais a pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, considerando a dificuldade de locomoção de qualquer pessoa que as acompanhe.

Na reunião realizada pela CCJ no dia 26/11/2013, o Deputado Pedro Lupion relatou as duas emendas de plenário, sendo a primeira aprovada e a segunda rejeitada, sob a alegação de descaracterizar a essência do Projeto original.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Recebido

Em 03/12/2013

Por Jonora Gomes



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PRELIMINAR

Inicialmente, observamos a legitimidade da apresentação de tal recurso, uma vez que de acordo com o artigo 33-A, §2º do Regimento Interno desta Casa, o autor poderá recorrer, em três dias contados da publicação do parecer em Diário Oficial, da decisão que julgar a proposição inconstitucional:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

§2º O Autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão.

Cabe ressaltar que de acordo com o próprio Regimento Interno, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, incluídas entre elas as emendas:

Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

A ata da reunião na qual a emenda foi rejeitada ainda não havia sido publicada em diário oficial até o momento da protocolização do presente recurso, restando clara a tempestividade do mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO

O Parecer do Relator, aprovado por esta Comissão, aponta como motivo para rejeição da emenda de plenário nº 02 uma suposta alteração da essência do Projeto original. Alega que a referida alteração



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



descaracteriza por completo os objetivos da proposta, que é beneficiar tão somente as gestantes com a reserva das vagas.

Fundamenta sua decisão no art. 137 do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que a emenda modificativa é uma proposição que acrescenta outra, mas não descaracteriza sua essência.

Ocorre que a essência do Projeto em tela é a garantia de reserva de vagas de estacionamento para pessoas com dificuldade de locomoção. Ele vem no mesmo sentido das Leis Federais que dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento para idosos e deficientes físicos, buscando um tratamento diferenciado a certos grupos de pessoas, tendo como justificativa sua mobilidade reduzida. No caso em análise, a dificuldade é transitória, justificando um maior cuidado com a identificação de seus beneficiários.

A emenda de plenário apresentada pelo Deputado Anibelli Neto tem por objetivo ampliar o rol de beneficiários e o período em que eles poderão usufruir das vagas de estacionamento, mas afirmar que tal ampliação descaracteriza a essência do Projeto original consiste em uma análise superficial do tema.

A própria justificativa do projeto dispõe que "a destinação de vagas especiais de estacionamento vem conferindo outro modo de utilização dos espaços urbanos com base no respeito às diferenças e às necessidades especiais diversas", o que confirma que sua essência é a garantia de um privilégio no que diz respeito à locomoção de pessoas que devem ser tratadas de forma prioritária. Tal dificuldade não se dá apenas quando se tem o infante no ventre materno, mas também nos seus primeiros anos de vida, onde os pais das crianças e qualquer outra pessoa ou parente que as estejam



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



acompanhando precisam carregar as crianças, carrinhos e outros objetos para seu uso, justificando o acesso às vagas preferenciais.

A emenda do próprio autor do Projeto, aprovada na CCJ, também tem por objetivo ampliar o prazo em que se pode utilizar a referida vaga, estabelecendo um período de 24 (vinte e quatro) meses de utilização das vagas especiais, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida da criança. Tal emenda tinha um objetivo parecido com a emenda de plenário nº 02, sendo que as duas estendem o período de permissão para utilização da vaga, com a diferença que a segunda emenda estende também tal direito às demais pessoas acompanhadas de crianças de colo, enquanto a emenda nº 01 inclui as mães, mesmo assim não a limitando apenas às gestantes.

No que se refere à legitimidade do parlamentar para ampliar a abrangência de um Projeto de Lei, o próprio artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, já citado no parecer do relator, é claro ao assegurar que **a emenda modificativa pode ser ampliativa**, conforme se demonstra através de uma leitura simples do seu parágrafo 7º:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

§7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

Mais do que a simples indicação da possibilidade de tal emenda ser ampliativa, **o Regimento Interno dispõe expressamente que a emenda ampliativa poderá estender a outra pessoa ou objeto a disposição a**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



que se refere. É exatamente o caso da emenda de plenário nº 02, que estende a garantia proposta pelo Projeto original.

Importante salientar que o mérito de tal extensão deve ser analisada pelo Plenário desta Casa, que discutirá a importância e a viabilidade de sua implantação, mas **no que se refere à legalidade e competência para apresentação da referida emenda, encontramos completa legitimidade e pleno amparo no Regimento Interno.**

Tal medida já vem sendo implantada em Municípios como São Paulo, Piracicaba, Salvador e Blumenau e discutida através de três Projetos no Congresso Nacional, sendo que os motivos para implantação dos projetos foram tomadas como base para a apresentação da emenda de plenário nº 2.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, certo do respeito à competência e da legalidade da apresentação da Emenda de Plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 57/2013, requer a revisão da decisão proferida pela Comissão de Constituição e Justiça que negou seu prosseguimento, no sentido de dar um novo entendimento a matéria tratada e aprovar a Emenda na presente Comissão, possibilitando sua análise em Sessão Plenária.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**RECURSO CONTRA: PARECER CONTRÁRIO À EMENDA DE PLENÁRIO
Nº02 AO PROJETO DE LEI Nº. 57/2013
RECORRENTE: ANTONIO ANIBELLI NETO**

**EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER
CONTRÁRIO DA CCJ NA FORMA DO
REGIMENTO INTERNO ALEP – ART. 33-A, §
2º - PRAZO DE 03 DIAS ÚTEIS A CONTAR
DA PUBLICAÇÃO DO PARECER –
RECURSO TEMPESTIVO – RECURSO
CONHECIDO – NOMEAÇÃO DE NOVO
RELATOR.**

Insurge-se o postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional a presente emenda, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-A, § 2º:

§ 2º - O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para reforma, imediatamente designará novo relator.

Conforme se depreende da leitura do supracitado artigo do Regimento Interno desta Casa de Leis, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 03 dias úteis na CCJ, tendo mais 02 (dois) dias ainda para o recurso de plenário.

Assim, considerando-se que a **publicação no veículo oficial** de divulgação dos atos do Poder Legislativo se deu em **04 DE Dezembro DE 2013**, conforme cópia do Diário Oficial em anexo, e que, iniciando a contagem como determinado no Regimento, temos que a Impugnação ora em análise, foi **protocolada** junto à Comissão de Constituição e Justiça na data de **03 DE dezembro DE 2013**, estando assim **dentro do prazo recursal**.

Desta forma, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, **CONHEÇO DO RECURSO**, no sentido de que seja o presente Projeto de Lei incluído na pauta para nova deliberação, determinando para tanto, a **nomeação de novo relator**.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2013.


Dep. Nelson Justus

Presidente da CCJ

Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini. *Revoga as leis nºs 827/1951, 5.271/1966, 5.913/1969, 6.804/1976, 8.315/1986 e 8.830/1988.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 31–PROJETO DE LEI 509/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.723/1983.* RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 32–PROJETO DE LEI 510/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.750/1983.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 33–PROJETO DE LEI 511/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 5.449/1966.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 34–PROJETO DE LEI 534/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro. *Revoga a lei nº 13.016 de 11 de dezembro de 2000.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 35–PROJETO DE LEI 535/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro. *Revoga a lei nº 7.083, de 5 de janeiro de 1979.* RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 36–PROJETO DE LEI 536/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro e Dep. Tercílio Turini. *Revoga as leis nºs 5.745/1968, nº 6.144/1970, nº 8.314/1986 e nº 8.911/1988.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 37–PROJETO DE LEI 537/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro e Dep. Tercílio Turini. *Altera a redação da lei nº 6959/1977 – Declaração de Utilidade Pública.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 38–PROJETO DE LEI 570/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion. *Altera a lei nº 11.822/1997.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 39–PROJETO DE LEI 571/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion. *Altera a lei nº 6.090/1970.* RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

117364/2013

17ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
26 DE NOVEMBRO DE 2013

Ao vigésimo sexto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Pedro Lupion, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Tercílio Turini, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Wilson Quinteiro e Caio Quintana. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente sessão: 01- PROJETO DE LEI 660/2013 - Mensagem nº 157/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 02- PROJETO DE LEI 661/2013 - Mensagem nº 159/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Autoriza a Transformação da Autarquia Administrativa dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 03- PROJETO DE LEI 662/2013 - Mensagem nº 158/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Dá nova redação ao Art. 7º da Lei nº 16.372, de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 2012 e 17.204, de 2012.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 04- PROJETO DE LEI 533/2012 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Tribunal de Justiça. *Altera a Redação dos Artigos 1º e 2º da Lei nº 15.942/ 2008, que criou o Fundo da Justiça do Poder Judiciário.* RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 05- PROJETO DE LEI 609/2013. Autor: Tribunal de Justiça. *Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.* RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 06- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 17/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli. Autor da Emenda: Dep. Fernando Scanavaca. *Regulamenta a Publicidade Visual por meio de Outdoors, Painéis, Letreiros e outros meios de divulgação publicitária nas Rodovias Estaduais.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: RETIRADO DE PAUTA a pedido do Autor. 07- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 57/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli. Autor da 1ª Emenda: Dep. Bernardo Carli. Autor da 2ª Emenda: Dep. Anibelli. *Dispõe sobre a Reserva de Vagas de Estacionamento Especial para Gestantes.* RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: EMENDA 01- FAVORÁVEL –Aprovado. EMENDA 02- CONTRÁRIO –Aprovado. 08- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 261/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rasca Rodrigues. *Institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 09- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 06/2013. Autor: Dep. Alexandre Curi. Autor da

Emenda: Dep. Wilson Quinteiro. *Altera a redação do Art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998, Região Metropolitana de Maringá.* RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Ademar Traiano. 10- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 752/2011. Autor: Dep. Hermas Brandão Junior. Autor da Emenda: Dep. Evandro Junior. *Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem dos veículos.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Fernando Scanavaca. 11- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 539/2012. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte.* RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 12- EMENDA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS AO PROJETO DE LEI 332/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Autor da Emenda: Dep. Tadeu Veneri e Dep. Wilson Quinteiro. *Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos e judiciais em que figure como parte cidadão portador de deficiência.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO pelo Relator. 13- PROJETO DE LEI 475/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini. *Dispõe sobre a substituição imediata no caso de desocupação de cargo público nas áreas em que especifica.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 14- PROJETO DE LEI 379/2013. Autor: Dep. Anibelli Neto. *Proíbe o uso de procedimento de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.* RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI. PARECER: ADIADO pelo Relator. 15- PROJETO DE LEI 413/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre a indenização de produtores rurais e sobre a proteção de animais silvestres.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: DILIGÊNCIA a Secretária do Meio Ambiente (SEMA) e à Secretária de Agricultura e Abastecimento (SEAB). 16- PROJETO DE LEI 377/2013. Autor: Dep. Paranhos. *Exime agentes públicos do pagamento de indenizações ao estado ou a terceiros, por dano material causado na condução de viatura pública em decorrência da prestação de serviço público de urgência e emergência, aplicada a responsabilidade objetiva do Estado.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: DILIGÊNCIA a Secretária de Segurança Pública (SESP) e à Procuradoria Geral do Estado. 17- PROJETO DE LEI 202/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. *Isenta do ICMS e IPVA os automóveis de passageiros de fabricação nacional quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 18- PROJETO DE LEI 472/2013. Autor: Dep. Belinati. *Institui Penalidade para Estacionamento Irregular, em vaga reservada para pessoas idosas.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: CONTRÁRIO-Aprovado. 19- PROJETO DE LEI 428/2013. Autor: Dep. Nereu Moura. *Revoga a autorização concedida para construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 20- PROJETO DE LEI 505/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre a Criação do Conselho Tutelar de Proteção aos Animais - CTPA, no âmbito do estado do Paraná, e adota outras providências.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 21- PROJETO DE LEI 291/2013. Autor: Dep. Paranhos. *Proíbe o Descarte de Filtro de Cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 22- PROJETO DE LEI 473/2013. Autor: Dep. Péricles de Mello. *Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. João Darcy Ruggeri.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 23- PROJETO DE LEI 411/2013. Autor: Dep. Tadeu Veneri. *Institui mecanismo de controle do patrimônio público, instituindo o fundo de provisões para quitação de encargos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços contratados pelo Estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 24- PROJETO DE LEI 498/2013. Autor: Dep. Tadeu Veneri. *Torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com banco postal.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 25- PROJETO DE LEI 583/2013. Autor: Dep. Belinati. *Dispõe sobre a inclusão de disciplina de musicalização na grade curricular do Estado do Paraná, na forma que especifica, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 26- PROJETO DE LEI 614/2013. Autor: Dep. Adelino Ribeiro. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar o percentual da diferença entre os preços da gasolina e o etanol, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 27- PROJETO DE LEI 501/2013. Autor: Dep. Luciana Rafagnin. *Institui o dia 11 de outubro como o dia de Reflexão e Campanha pela Adoção no Estado do Paraná, em favor do cumprimento do Artigo 163 e do § 2º do Artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28- PROJETO DE LEI 321/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. *Institui como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 29- PROJETO DE LEI 509/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.723/1983.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 30- PROJETO DE LEI 510/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.750/1983.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO



PARECER AO RECURSO CONTRA REJEIÇÃO DA EMENDA DE PLENARIO
Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Projeto de Lei nº 57/2013

Autor da Emenda: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Bernardo Carli, dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça -- CCJ, em 07 de maio de 2013. Sendo que, quando da segunda discussão em Plenário, o referido Projeto recebeu Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli e emenda Modificativa, de autoria do Deputado Anibelli Neto.

VISTA EM 18 / 04 / 14.

Dep. Canto

[Assinatura]
CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



No entanto, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça foi favorável a Emenda Aditiva do Deputado Bernardo Carli e Contrário a Emenda Modificativa do Deputado Anibelli Neto, decisão a qual deu ensejo ao Recurso em análise.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa a proposição que altera a outra sem descaracterizar sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Compre-nos destacar, o inciso I do § 7º, ainda do artigo 137, que afirma que as emendas modificativas podem ser ampliativas, restritivas e corretivas. Sendo que as ampliativas estendem a outra pessoa ou objeto a disposição a que se refere.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:
I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

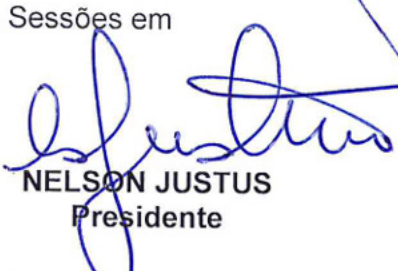
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pelo PROVIMENTO do presente Recurso, tendo em vista a LEGALIDADE da emenda apresentada.

Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

25.02.14 



REQUERIMENTO



Requer a retirada do Projeto de Lei nº 57/2013, item 9 da Ordem do Dia, da presente Sessão.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada, da presente Sessão, do Projeto de Lei nº 57/2013, Item 9 da Ordem do Dia, para retorna à C.C.J. pois o recurso à Emenda de Plenário nº 2 foi provido e não foi elaborado uma subemenda à Subemenda Substitutiva Geral que já havia sido aprovada.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014.


Anibelli Neto
Deputado Estadual



PARECER AO RECURSO CONTRA REJEIÇÃO DA EMENDA DE PLENARIO
Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Projeto de Lei nº 57/2013

Autor da Emenda: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO COM SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Bernardo Carli, dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça -- CCJ, em 07 de maio de 2013. Sendo que, quando da segunda discussão em Plenário, o referido Projeto recebeu Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli e emenda Modificativa, de autoria do Deputado Anibelli Neto.



No entanto, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça foi favorável a Emenda Aditiva do Deputado Bernardo Carli e Contrário a Emenda Modificativa do Deputado Anibelli Neto, decisão a qual deu ensejo ao Recurso em análise.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa a proposição que altera a outra sem descaracterizar sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Compre-nos destacar, o inciso I do § 7º, ainda do artigo 137, que afirma que as emendas modificativas podem ser ampliativas, restritivas e corretivas. Sendo que as ampliativas estendem a outra pessoa ou objeto a disposição a que se refere.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

No entanto, para garantir melhor técnica legislativa quanto a aprovação desta emenda e do Substitutivo Geral já aprovado em Sessão anterior, apresenta-se em anexo Subemenda Substitutiva Geral.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PROVIMENTO do presente Recurso, tendo em vista a LEGALIDADE da emenda apresentada.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APPROVADO

11.03.14



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Com fulcro nos artigos 137, §2º e 141, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, fica alterada a redação do Projeto de Lei 57/2013, que passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas de crianças de colo com até 02 (dois) anos de idade, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade aos beneficiários.

Parágrafo Único – As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

I – A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

II – A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente através de comprovação de uma das condições previstas no caput junto à autoridade de trânsito.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



III – O adesivo de identificação a que se refere este artigo tem validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, iniciando-se da data da constatação da gestação.

IV – o período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando-se o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Art. 2º - As vagas a que se refere o caput do artigo anterior devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento, exceto quando o local destinado ao estacionamento não possuir área que possibilite a fixação de vaga em tamanho maior.

§1º - As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação as vagas normais de estacionamento.

§2º - A localização das vagas especiais d estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e localização dos meios de circulação de pedestres

Art. 3º - O uso de vagas destinadas às gestantes em desacordo com o disposto nesta Lei caracteriza infração prevista no art. 181, inciso XVII do Código de Trânsito Brasileiro.

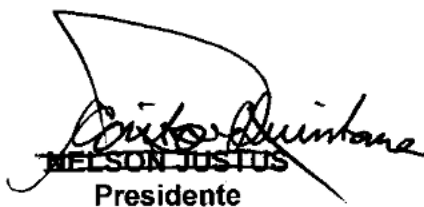
Art. 4º - O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável legal pelo estacionamento à multa de 10 (dez) a 100 (cem) UPF/PR por infração, fixando-se a multa no mínimo em caso de primariedade e no máximo em caso de reincidência.




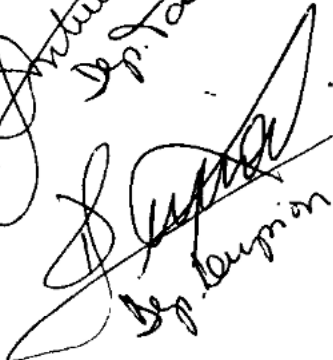
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini




Art. 5º - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


Dep. Tadeu

Dep. Laurion


Dep. Bastos

Dep. Neri
APROVADO
11.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 16 DEZ. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 789 /2013

Altera a Lei nº 10.853, de 5 de julho de 1994.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.853, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Bom Sucesso e foro no Município de Jandaia do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

15:19 16/12/2013 010981 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

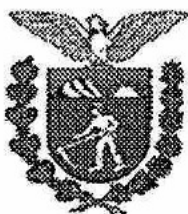
JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.853, de 5 de julho de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Bom Sucesso. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Bom Sucesso e foro no Município de Jandaia do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 789/2013

Projeto de Lei nº. 789/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.853, de 05 de julho de 1994.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.853/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 10.853/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – A.P.M.I., com sede e foro no Município de Bom Sucesso- Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Bom Sucesso" para "sede no município de Bom Sucesso e foro no município de Jandaia do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



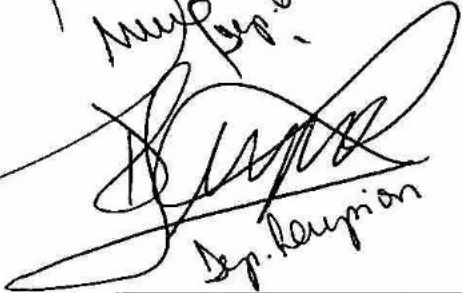



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

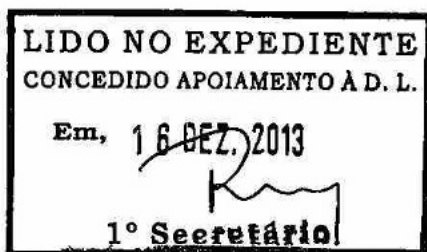
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 790/2013


Altera a Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993.

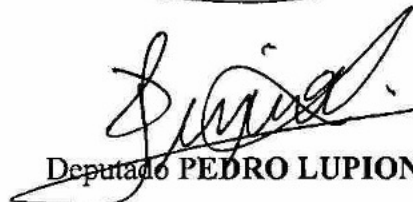
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

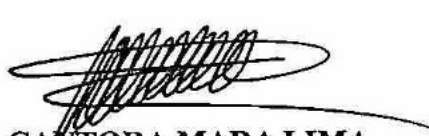
“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.


Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


Deputado PEDRO LUPION
RELATOR



Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Guairaçá. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 790/2013

Projeto de Lei nº. 790/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.610/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 10.610/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guairaçá.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Guairaçá" para "sede no município de Guairaçá e foro no município de Terra Rica".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

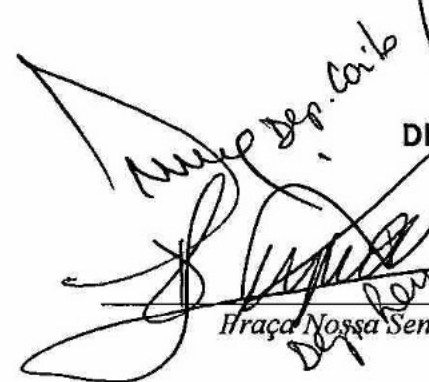

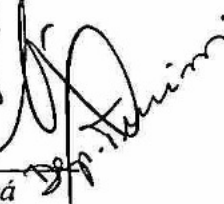
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.

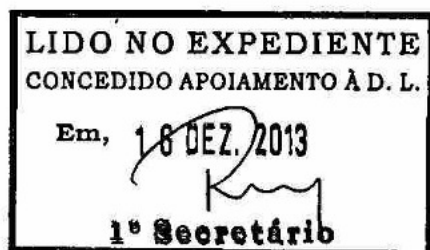

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14 



PROJETO DE LEI Nº 731 /2013

Altera a Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro no Município de Matelândia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

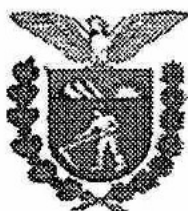
JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro no Município de Matelândia, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 791/2013

Projeto de Lei nº. 791/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.303/1980 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 7.303/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CRUZ DO OESTE, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Cruz do Oeste" para "sede no município de Cruz do Oeste e foro no município de Matelândia".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

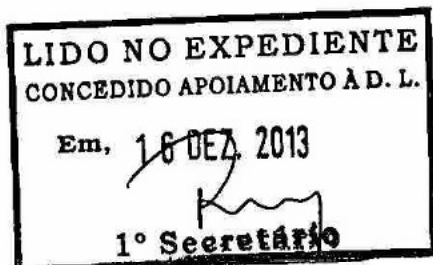




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14 



PROJETO DE LEI Nº 792 /2013

Altera a Lei nº 13.694, de 9 de julho de 2002.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.694, de 9 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade do Centro de Educação Infantil Débora Dias, com sede e foro no Município de Londrina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 13.694, de 9 de julho de 2002 concedeu o título de Utilidade Pública ao Centro de Educação Infantil Débora Dias. Contudo, verifica-se no Estatuto Social da entidade consta nome diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Sociedade do Centro de Educação Infantil Débora Dias.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 792/2013

Projeto de Lei nº. 792/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 13.694, de 09 de julho de 2002.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 13.694/2002 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DÉBORA DIAS" PARA "SOCIEDADE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DÉBORA DIAS" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.694/2002. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Débora Dias, com sede e foro na cidade de Londrina.

O projeto pretende modificar a denominação do "Centro de Educação Infantil Débora Dias" para "Sociedade do Centro de Educação Infantil Débora Dias", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



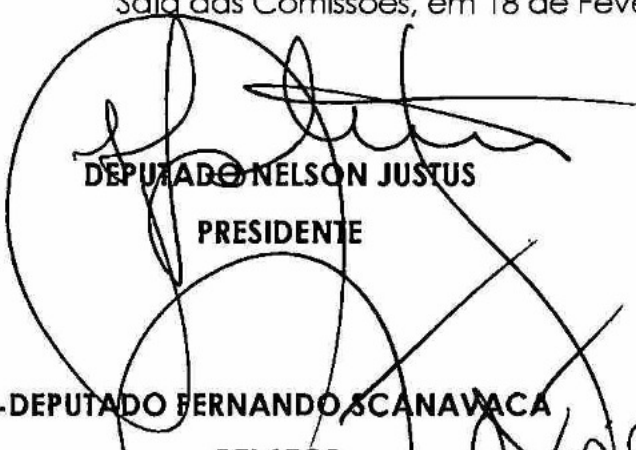
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


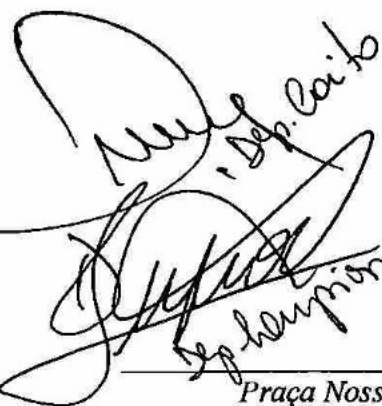

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

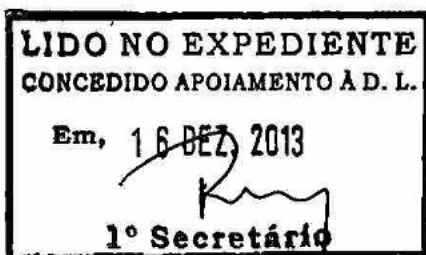

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

18.02.14 



PROJETO DE LEI Nº 793/2013

Altera a Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ibaiti.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública

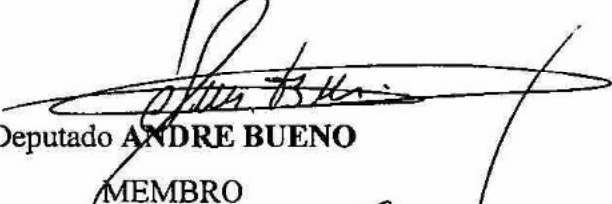



Deputado **TADEU VENERI**


MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública ao Lar São Vicente de Paula. Contudo, verifica-se no Estatuto Social da entidade consta nome diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Lar São Vicente de Paulo.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 793/2013

Projeto de Lei nº. 793/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.934/1994 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR SÃO VICENTE DE PAULA” PARA “LAR SÃO VICENTE DE PAULO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.934/1994. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paula, com sede e foro na cidade de Ibaiti.

O projeto pretende modificar a denominação do “Lar São Vicente de Paula” para “Lar São Vicente de Paulo”, conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

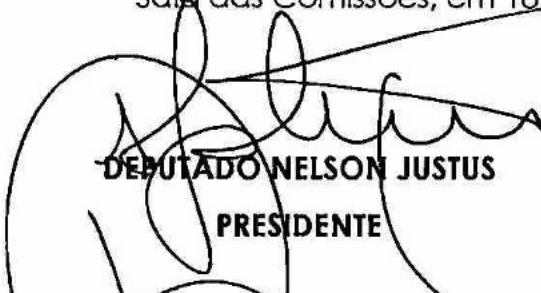


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


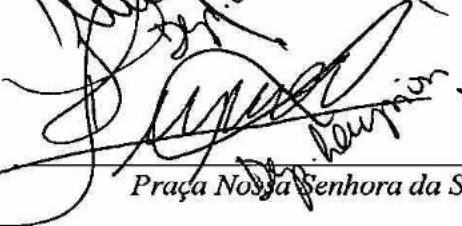

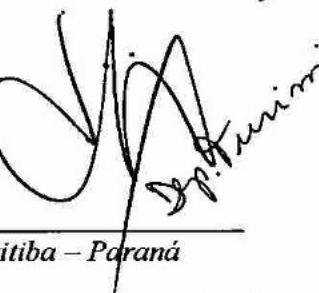
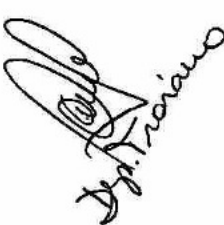
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 794 /2013

Altera a Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Califórnia e foro no Município de Marilândia do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Califórnia. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Califórnia e foro no Município de Marilândia do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 794/2013

Projeto de Lei nº. 794/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.624/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 10.624/1993. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – A.P.M.I., com sede e foro no município de Califórnia, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Califórnia" para "sede no município de Califórnia e, foro no município de Marilândia do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.

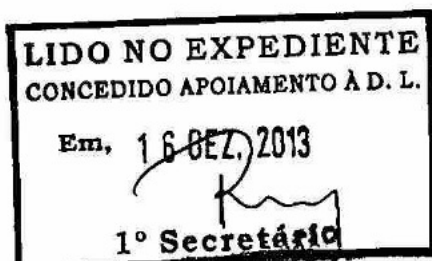
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14



PROJETO DE LEI Nº 735/2013

Altera a Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980.


Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

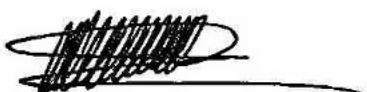
“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



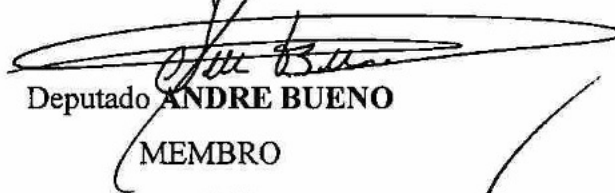
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cafelândia. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 795/2013

Projeto de Lei nº. 795/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980.

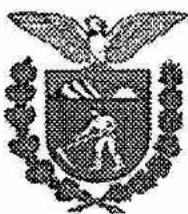
EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.331/1980 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 7.331/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI, com sede e foro na cidade de Cafelândia.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na cidade de Cafelândia" para "sede no município de Cafelândia e foro no município de Corbélia".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



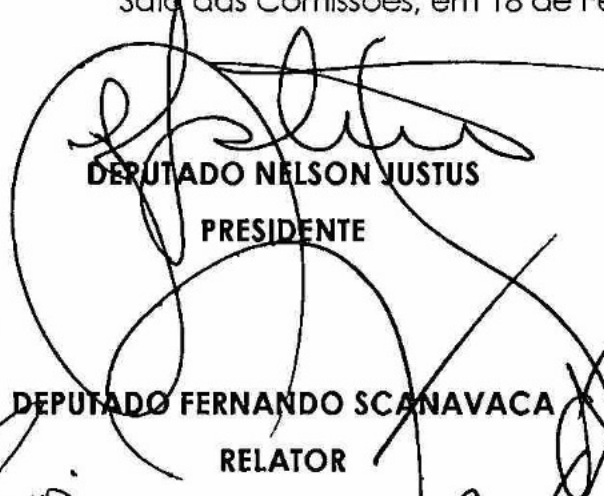
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


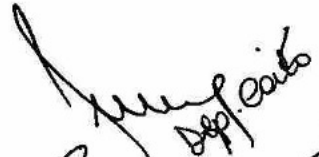

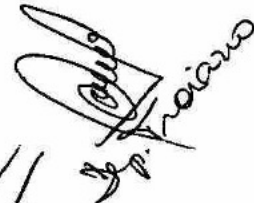

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 16 DEZ. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 796 /2013

Altera a Lei nº 13.789, de 10 de
setembro de 2002.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Guaporema e foro no Município de Cidade Gaúcha.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado CAIÃO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Guaporema e foro no Município de Cianorte. Contudo, verifica-se que a instituição tem foro no Município de Cidade Gaúcha, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 796/2013

Projeto de Lei nº. 796/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.789/2002 – ALTERAÇÃO DO FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 13.789/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaporema, com sede no município de Guaporema e foro no município de Cianorte.

O projeto pretende modificar o "foro no município de Cianorte" para "foro no município de Cidade Gaúcha".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



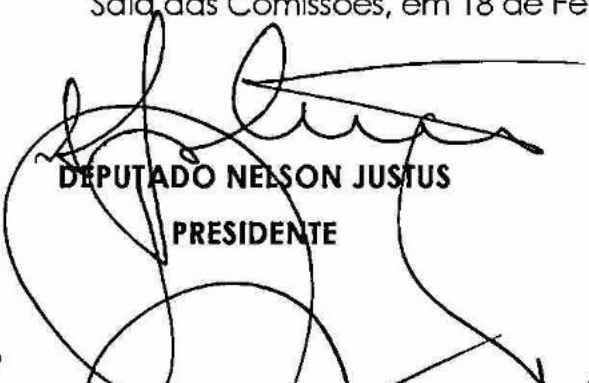
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


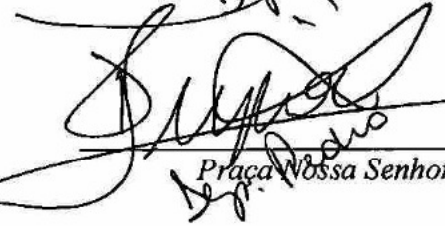



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 797/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 DEZ. 2013
1º Secretário

Altera a Lei nº 7.240, de 24 de outubro
de 1979.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Rio Bom e foro no Município de Marilândia do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado CARLO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979 concedeu o título de Utilidade Pública ao Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Rio Bom. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Rio Bom e foro no Município de Marilândia do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 797/2013

Projeto de Lei nº. 797/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979.

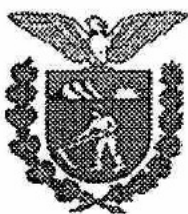
EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.240/1979 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 7.240/1979. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Rio Bom.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Rio Bom" para "sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



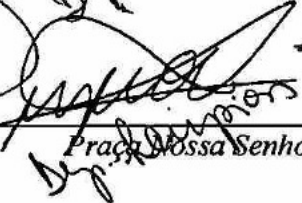
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

18.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 798/2013

Altera a Lei nº 6.811, de 8 de julho de
1976.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Deficiente, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TABEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TENCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa. Contudo, verifica-se que o nome constante no Estatuto Social da entidade é diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Deficiente.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/2013

Projeto de Lei nº. 798/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.811/1976 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFEITUOSA" PARA "ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.811/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFEITUOSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Pontagrossense de Assistência à criança defeituosa," para "Associação Pontagrossense de Assistência à criança deficiente", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

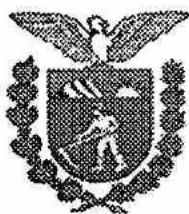
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

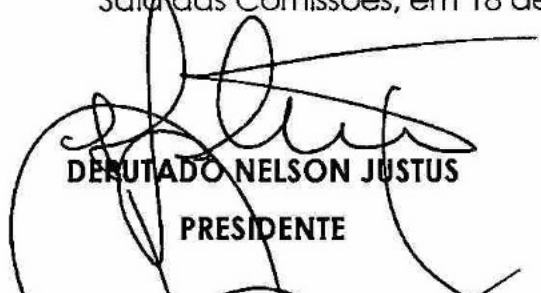
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


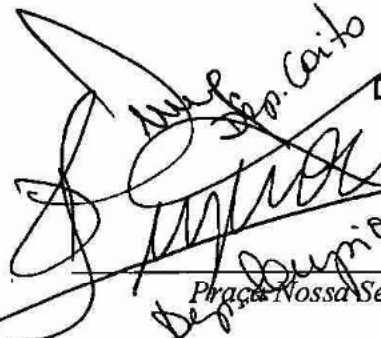
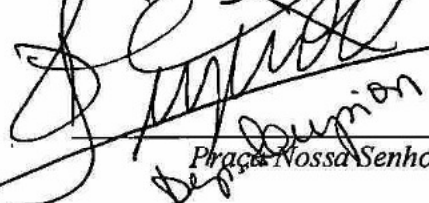
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Fevereiro de 2014.




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

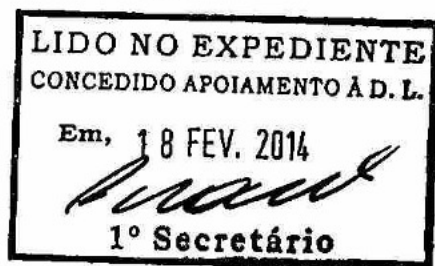


APROVADO

11


18.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 42/2014

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 13.507, de 14 de janeiro de 2002;
- II – Lei nº 13.542, de 6 de maio de 2002;
- III – Lei nº 13.545, de 6 de maio de 2002;
- IV – Lei nº 13.573, de 29 de maio de 2002;
- V – Lei nº 13.577, de 29 de maio de 2002;
- VI – Lei nº 13.584, de 29 de maio de 2002;
- VII – Lei nº 13.599, de 29 de maio de 2002;
- VIII – Lei nº 13.600, de 29 de maio de 2002;
- IX – Lei nº 13.609, de 29 de maio de 2002;
- X – Lei nº 13.622, de 5 de junho de 2002;
- XI – Lei nº 13.641, de 25 de junho de 2002;
- XII – Lei nº 13.645, de 25 de junho de 2002;
- XIII – Lei nº 13.654, de 25 de junho de 2002;
- XIV – Lei nº 13.656, de 25 de junho de 2002 e
- XV – Lei nº 13.660, de 25 de junho de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*

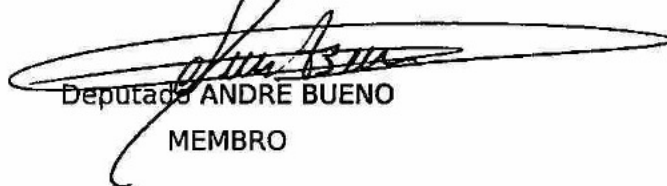



Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCÍLIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

“Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2014

Projeto de Lei nº. 42/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
13.507/2002, 13.542/2002, 13.545/2002,
13.573/2002, 13.577/2002, 13.584/2002,
13.599/2002, 13.600/2002, 13.609/2002,
13.622/2002, 13.641/2002, 13.645/2002,
13.654/2002, 13.656/2002 E 13.660/2002, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 13.507/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade esportiva, recreativa e cultural bairro pioneiro do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 13.542/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a AMAJ - associação de moradores e amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi, estado do Paraná.

Lei 13.545/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores da linha nova Aratiba, com sede e foro na cidade de Palotina, estado do paraná.

Lei 13.573/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação comunitária vila rural Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Farol e foro na comarca de Campo Mourão.

Lei 13.577/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.584/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores e agricultores de esquina progresso do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.599/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores do conjunto habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro no município de Ibiporã - pr.

Lei 13.600/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de bairro lar Paraná com sede e foro no município de Campo Mourão-PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 13.609/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade esportiva, recreativa e cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.622/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores de São Camilo do município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade.

Lei 13.641/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores e agricultores da Linha Palmital", com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.645/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores La Salle, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.654/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade esportiva e recreativa santa fé, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.656/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores São Miguel de cinco mil, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.660/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

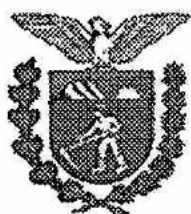
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

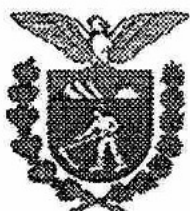
III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Dep. Calvi

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Opito
[Assinatura]
Dep. Curi
[Assinatura]
Dep. Loupion

[Assinatura]
Dep. Turini

[Assinatura]
Dep. Bastos

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

[Assinatura]
25.02.14
Dep. Neuen



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 18 FEV. 2014

[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 43/2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 11.683, de 6 de fevereiro de 1997;
- II - Lei nº 11.793, de 10 de julho de 1997;
- III - Lei nº 11.847, de 3 de outubro de 1997;
- IV - Lei nº 12.129, de 29 de abril de 1998;
- V - Lei nº 12.176, de 27 de maio de 1998;
- VI - Lei nº 12.406, de 30 de dezembro de 1998;
- VII - Lei nº 12.576, de 8 de junho de 1999;
- VIII - Lei nº 12.591, de 8 de junho de 1999;
- IX - Lei nº 12.625, de 12 de julho de 1999;
- X - Lei nº 13.140, de 11 de maio de 2001;
- XI - Lei nº 13.481, de 14 de janeiro de 2002;
- XII - Lei nº 13.482, de 14 de janeiro de 2002;
- XIII - Lei nº 13.486, de 14 de janeiro de 2002;
- XIV - Lei nº 13.498, de 14 de janeiro de 2002 e
- XV - Lei nº 13.506, de 14 de janeiro de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CARLO QUINTANA
PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO

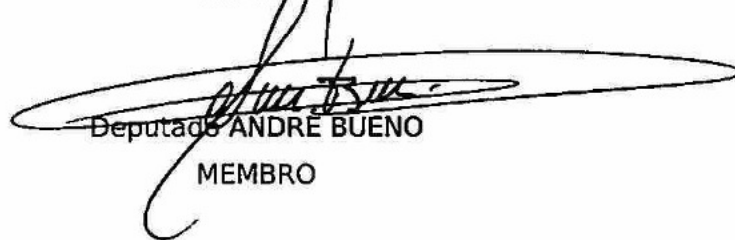


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado TADEU VENERI
MEMBRO


Deputado TERCILIO TURINI
MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO
MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

“Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 43/2014

Projeto de Lei nº. 43/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
11.683/1997, 11.793/1997, 11.847/1997,
12.129/1998, 12.176/1998, 12.406/1998,
12.576/1999, 12.591/1999, 12.625/1999,
13.140/2001, 13.481/2002, 13.482/2002,
13.486/2002, 13.498/2002 E 13.506/2002, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 11.683/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a União das Associações de moradores do município de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 11.793/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação cultural esportiva de Londrina - ACEL", com sede e foro no município de Londrina.

Lei 11.847/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores de linha Paraná", com sede e foro no município de Prudentópolis.

Lei 12.129/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a "Sociedade rural de Maringá", com sede e foro na cidade de Maringá.

Lei 12.176/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta capital.

Lei 12.406/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a "Vila rural Francisca Ferreira Borges", do distrito de sertãozinho, no município de Engenheiro Beltrão.

Lei 12.576/1999. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores da estrada paulista e Iguaçu - AMEPI, com sede e foro no município de Icaraíma.

Lei 12.591/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores do conjunto Residencial solar - Assolar, com sede e foro nesta capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.625/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores do Distrito de Alto Amparo", com sede e foro no município de Tibagi/pr.

Lei 13.140/2001. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "Associação de moradores e produtores rurais do distrito de João Vieira", com sede e foro no município de Faxinal - PR.

Lei 13.481/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores e agricultores da linha Aparecidinha, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.482/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores da linha São Luiz do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.486/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores e produtores de Vila Floresta", com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.498/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.506/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores da comunidade de São Francisco, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

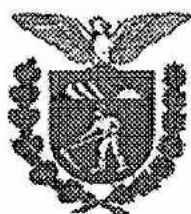
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, *verbis*:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

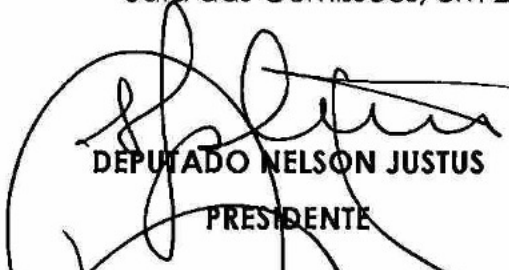


qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

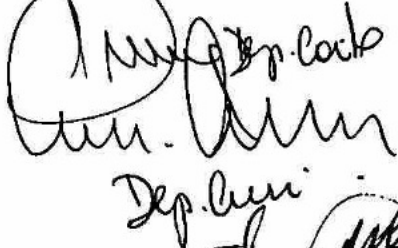
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

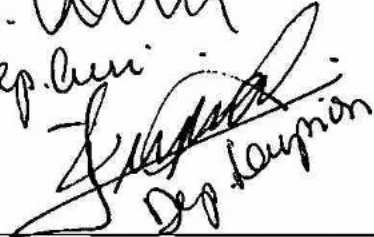
Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

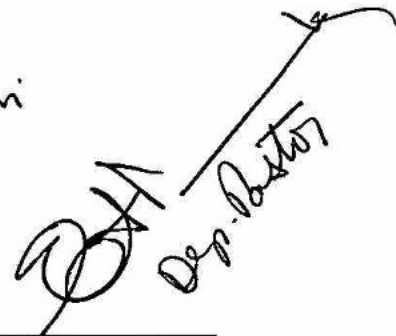

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Luis


Dep. Laurion


Dep. Laurini


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14


Dep. Nelson